



Projeto de Lei nº

Delega à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL a competência para fiscalizar, no âmbito das concessionárias de abastecimento de água, o cumprimento das leis municipais que autorizam a instalação de dispositivos bloqueadores de ar nas redes de consumo.

Art. 1º - Fica delegada à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL a competência para fiscalizar, em todo o território estadual, o cumprimento, pelas concessionárias de serviços públicos de abastecimento de água, das disposições constantes das leis municipais que autorizam ou regulamentam a instalação de dispositivos bloqueadores de ar nos sistemas de medição de consumo.

Art. 2º - A fiscalização referida no artigo anterior compreenderá:

I – o acompanhamento da autorização e da efetiva instalação dos dispositivos bloqueadores de ar por parte dos consumidores;

II – a verificação de eventuais práticas impeditivas ou restritivas por parte das concessionárias quanto à instalação dos dispositivos;

III – a análise da conformidade técnica dos bloqueadores de ar, que deverão possuir certificação válida emitida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;

IV – a apuração de denúncias e reclamações dos consumidores relativas à recusa ou ao descumprimento das normas municipais pelas concessionárias;

V – a aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação estadual e os regulamentos da ARSAL.

Art. 3º A instalação dos dispositivos bloqueadores de ar, devidamente certificados pelo INMETRO, não será considerada fraude ou irregularidade na medição do consumo de água, desde que observadas as normas técnicas e as legislações municipais pertinentes.

Art. 4º As concessionárias de abastecimento de água ficam obrigadas a permitir e viabilizar, sem ônus adicional ao consumidor, a instalação dos dispositivos bloqueadores de ar autorizados por lei municipal e compatíveis com os padrões técnicos exigidos.

Art. 5º A ARSAL deverá regulamentar, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, os procedimentos de fiscalização, acompanhamento e sanção previstos neste diploma.

Art. 6º O disposto nesta Lei não afasta a competência dos Municípios para legislar sobre o uso e a instalação de bloqueadores de ar, cabendo à ARSAL atuar de forma complementar e fiscalizadora, em regime de cooperação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões 28 de outubro de 2025


Rose Davino

Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Estadual
Rose Davino

JUSTIFICATIVA

Criada pela Lei Estadual nº 6.267, de 20 de setembro de 2001, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL – tem por missão zelar pela qualidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos concedidos e permissionários no Estado, garantindo o equilíbrio entre os interesses dos usuários e das concessionárias.

Nos últimos anos, diversos municípios alagoanos editaram leis autorizando a instalação de dispositivos bloqueadores de ar nos hidrômetros, a fim de evitar que o ar presente nas tubulações seja cobrado como se fosse consumo de água — situação recorrente em períodos de interrupção ou de pressurização da rede.

Tais leis municipais, contudo, têm encontrado resistência na efetiva aplicação, especialmente pela ausência de fiscalização integrada e pela necessidade de uma autoridade técnica capaz de assegurar o cumprimento das normas locais pelas concessionárias.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei busca conferir à ARSAL competência para fiscalizar a execução das leis municipais que autorizam a instalação dos bloqueadores de ar, harmonizando as competências locais com a regulação estadual e garantindo maior proteção ao consumidor alagoano.

A medida reforça o papel da ARSAL como instrumento de defesa dos direitos dos usuários, em conformidade com sua missão institucional, ao mesmo tempo em que promove transparência, segurança técnica e equilíbrio nas relações de consumo. Por essas razões, submeto o presente Projeto de Lei à elevada apreciação desta Casa.

Sala das sessões 28 de outubro de 2025



Rose Davino

Deputada Estadual